

PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA POLÍTICA E DE DOCUMENTOS NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Maria Cecília Rubinger de Queiroz
Terezinha de Fátima Camarota M. Naves**
Bibliotecárias da Gerência-Geral de
Documentação e Informação da Assembléia
Legislativa do Estado de Minas Gerais

Relato sobre as principais ações da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais para preservar sua memória e seu acervo documental, visando o resgate da história política do Poder Legislativo de Minas e a democratização de informações relevantes para a pesquisa e para os cidadãos, facilitando a interlocução entre o Poder Legislativo estadual e a sociedade.

1 INTRODUÇÃO

“A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a liberdade e não para a servidão dos homens.” (Le Goff, J. *História e memória*. 1991, p. 477).

É fundamental e, atualmente, bastante reconhecida, a importância dos arquivos, quer para as instituições, quer para a história econômica, política e social da humanidade.

Paralelamente, são visíveis os principais problemas decorrentes da evolução dos arquivos, desde seu surgimento na mais remota antiguidade até os tempos modernos, tais como a organização dos acervos documentais, as falhas decorrentes da ação do fogo e da negligência do homem, o perigo da fragilidade de novos suportes (fotos, fitas magnéticas, microfilmes, CDs, arquivos eletrônicos, etc.), o uso crescente de computadores nas administrações do mundo contemporâneo, fazendo com que a preservação da memória numa instituição e a conservação de documentos originais e históricos sejam um constante desafio para os arquivistas e profissionais da área de documentação.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, a partir da retomada de suas prerrogativas institucionais constitucionalmente restabelecidas na Carta de 1989, compreendeu que o Arquivo é um instrumento de administração, de cultura e de exercício da cidadania. Em decorrência disso foram criadas condições técnicas e jurídicas para a execução de um amplo programa de preservação da memória do Legislativo mineiro, resultando em produtos e serviços que serão relatados adiante.

Antes de se abordar o tema principal deste trabalho, é interessante pensar sobre o papel que o Poder Legislativo representa na História como ciência política, que é a ligação intrínseca entre a elaboração de leis, a atuação político-parlamentar numa Casa Legislativa e o entendimento do contexto histórico ao qual os políticos estão inseridos, para, com isso, alcançar um melhor desempenho da função de legisladores de políticas públicas.

A par disso, a preservação e a reconstituição da memória na Assembléia Legislativa de Minas Gerais tornam-se ainda mais relevantes se se considerar suas atividades principais, que são: legislar, fiscalizar e controlar atos do Poder Executivo, com o auxílio do Tribunal de Contas, e investigar, por meio de Comissões Parlamentares de Inquérito, fatos e acontecimentos de relevância para a vida pública e para a ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado, que demandem investigação e elucidação.

Por outro lado, vale lembrar que a Assembléia funciona, diariamente, produzindo documentos, informações e dados que precisam ser captados, organizados e recuperados de maneira ágil, pois a informação constitui insumo básico numa Casa Legislativa.

A Assembléia de Minas, consciente da necessidade de preservar e resgatar a memória política estadual, vem desenvolvendo iniciativas concretas na organização de seus registros e informações, ainda que de forma dispersa pelos diversos setores da Casa, destacando-se:

- a) **Arquivo:** custódia, processamento, conservação e acesso de documentos históricos do Parlamento Mineiro;
- b) **Dicionário Biográfico de Minas Gerais:** publicado em 1994, constitui obra de referência sobre a elite política, econômica e cultural do Estado no período republicano (1889-1991);
- c) **Projeto de história oral:** coletânea e publicação de depoimentos de personalidades da política mineira, a partir de roteiros em que são considerados tanto a atuação política do depoente quanto o contexto histórico da época;
- d) **Bancos de dados institucionais:** manutenção de bancos de dados relativos às atividades institucionais, como o processo legislativo (MATE-MG), a legislação estadual (NJMG), os pronunciamentos parlamentares (PRONUNCIAMENTOS), as fotos produzidas na Assembléia (Banco de Fotos) e o acervo em vídeo gerado na Casa (Banco de Imagens), dentre outros;
- e) **Coleção Memória:** coleção de publicações (livros, periódicos, folhetos, etc.) produzidas pela Assembléia Legislativa ao longo de sua existência, bem como documentos produzidos por terceiros sobre ela;
- f) **Composição institucional:** levantamento e organização de dados históricos sobre a composição institucional, listagem de Deputados, Mesas, Comissões e Lideranças da Assembléia de Minas, tendo como marco inicial o ano de 1947;
- g) **Banco de conhecimento:** reunião do texto integral de trabalhos técnicos sobre temas do Poder Legislativo, elaborados por parlamentares, servidores da Assembléia e pesquisadores.

Em síntese, essas são algumas iniciativas tomadas pela Assembléia no sentido de resgatar e preservar a memória política estadual. Isso representa grande passo em relação ao que se pretende, ou seja, resgatar o passado e organizar o presente, assegurando para as gerações futuras as mais importantes ferramentas de pesquisa sobre a história do Legislativo mineiro e, por consequência, da história política do Estado de Minas Gerais.

2 O TRABALHO MEMORIALISTA NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

2.1 Arquivo do Processo Legislativo

O setor de Arquivo da Assembléia faz parte da Gerência de Biblioteca e Arquivo, da Gerência-Geral de Documentação e Informação (GDI), e tem como principais atribuições a preservação e a custódia dos documentos que resultam do trabalho dos parlamentares.

O Poder Legislativo Mineiro produz documentos que constituem o principal acervo da memória política do Estado. Esse acervo documental encontra-se dividido em dois grupos: o primeiro, relativo ao período provincial, foi recolhido ao Arquivo Público Mineiro quando ocorreu a transferência da capital do Estado, de Ouro Preto para Belo Horizonte; o segundo grupo refere-se à documentação do período republicano, já sob a custódia da Assembléia. Apesar de parte do acervo ter sido destruído em 1959, quando ocorreu um incêndio em suas dependências, essa memória documental vem recebendo tratamento adequado em termos de organização e segurança.

2.1.1 Competência do Arquivo

Ao Arquivo compete:

- a) recolher, avaliar, registrar, descrever, arranjar, custodiar, conservar e disseminar informações e documentos gerados no âmbito da Assembléia Legislativa no decorrer das atividades referentes ao processo legislativo (atividade-fim);

- b) manter “bases de dados” que facilitem a recuperação dos documentos arquivados (COMIS - dados referenciais das Comissões Permanentes e Temporárias), (NOTCON - notícias veiculadas na imprensa sobre a IV Constituinte Mineira); e (CONST - relaciona os dispositivos originais da Constituição de 1989 com os das fases do processo da IV Constituinte: anteprojeto, projeto e vencido, e informa as emendas apresentadas pelos constituintes);
- c) atender a pesquisas e consultas ao acervo, fornecendo cópias dos documentos e microfilmes, uma vez que é vedado o empréstimo dos documentos;
- d) promover a microfilmagem do acervo, como medida de preservação e segurança dos documentos, mantendo microfilmes-cópias para consulta e microfilmes-matrizes em Arquivo de Segurança;
- e) orientar as atividades de avaliação e destinação de documentos, inclusive na Assembléia como um todo, conforme estabelecido em Tabela de Temporalidade, instituída pela Deliberação nº 2.350/2004.

2.1.2 Acervo do Arquivo

O acervo do Arquivo da Assembléia Legislativa, que contém os documentos que compõem o processo legislativo, está classificado em grandes séries documentais que buscam facilitar sua organização, quais sejam:

- a) **Documentação do Processo Legislativo** – produto do processo legislativo, na forma de proposições definidas pelo Regimento Interno da Casa (proposta de emenda à Constituição, projeto de lei complementar, projeto de lei ordinária, proposta de ação legislativa, projeto de resolução, requerimentos numerados e sem número,

comunicações de deputados) e normas jurídicas (emendas à Constituição, leis complementares, leis delegadas, leis ordinárias, resoluções, deliberações);

- b) **Documentação Político-Parlamentar** – atuação política e parlamentar dos Deputados na Assembléia e na sociedade (comissões parlamentares de inquérito, especiais, permanentes, audiências públicas);
- c) **Documentação de Correspondência Legislativa** – cartas, ofícios, cartões, da parte de instituições públicas, privadas ou de terceiros, endereçadas ao Poder Legislativo;
- d) **Documentação de Processos de Emancipação de Distritos** – dossiê com os documentos dos distritos que solicitam sua emancipação para se transformarem em municípios (mapas, abaixo-assinados, fotos, requerimentos de emancipação, etc.);
- e) **Documentação da IV Assembléia Constituinte Mineira** – documentos gerados no transcurso do processo da elaboração da Constituição de 1989 (emendas, pareceres, sugestões, eventos, etc.);
- f) **Atas Manuscritas do Congresso Mineiro e Câmara dos Deputados (1891 a 1931)**;
- g) **Atas Sucintas das Reuniões de Plenário** – atas originais com resumo das reuniões realizadas no Plenário da Assembléia, nas quais constam as assinaturas dos Deputados presentes.

O Arquivo guarda, ainda, outros documentos importantes para a memória do Legislativo mineiro, tais como: cassação de mandato de Deputados; processos contra Deputados, ainda considerados secretos; nomeação de Prefeitos; laudo pericial e fotos do incêndio ocorrido em 1959; ofícios dos Tribunais do Estado de Minas Gerais, dentre muito outros, constituindo-se uma fonte preciosa de pesquisa histórica.

O arranjo cronológico geral do acervo é sempre a legislatura vigente (período de 4 anos do mandato do deputado na Assembléia). Os documentos são arquivados respeitando-se a série documental a que pertencem, em ordem numérica, cronológica ou de autor.

2.1.2 Preservação física dos documentos

Os documentos estão arquivados em pastas suspensas ou caixas-arquivo, em armários deslizantes de aço, em salas climatizadas artificialmente.

Periodicamente é realizada a microfilmagem dos documentos, visando, principalmente, a sua preservação e, portanto, da memória do Poder Legislativo. Em números, são 102 metros lineares de documentos, 384 rolos de microfilmes, cerca de 2 milhões de fotogramas. Atualmente, os serviços de preparação dos documentos e processamento dos filmes são terceirizados, mas realizados nas dependências do Arquivo, sob supervisão de servidores da Assembléia Legislativa.

O setor também se responsabiliza pela guarda dos microfilmes-matriz num arquivo de segurança, terceirizado, fora das dependências da ALMG, e pela manutenção de uma cópia desses microfilmes para consulta.

2.2 Pesquisa histórica

2.2.1 Dicionário Biográfico de Minas Gerais

Publicado em 1994, constitui importante obra de referência sobre a elite política, econômica e cultural do Estado no período republicano (1889-1991).

Consta de 2.000 verbetes, com informações biográficas (nome completo e nome pelo qual o biografado é conhecido, local e data de nascimento, nome e profissão dos pais, relações de parentesco, cargos ocupados, obras publicadas, condecorações, etc.). Na compilação dos dados, foram consultadas diversas fontes (fichas, depoimentos, livros, jornais e arquivos),

num trabalho conjunto com o Centro de Estudos Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais. Encontra-se em andamento a preparação de nova edição, revista e ampliada, desse dicionário.

2.2.2 Projeto de história oral

O projeto de história oral foi desenvolvido a partir de entrevistas com políticos mineiros de destaque no cenário estadual. Os roteiros, elaborados previamente, consideram tanto a atuação política do entrevistado quanto o contexto histórico da época. Depois de gravados os depoimentos, faz-se a sua transcrição, transformando-os em livros, que passam a integrar a coleção Memória Política de Minas. Atualmente, já foram publicados cinco depoimentos: *Pio Canedo*, *Fabrcio Soares*, *Armando Ziller*, *Oscar Dias Corrêa*, *Rondon Pacheco*. Esse projeto é desenvolvido por técnicos da Gerência-Geral de Projetos Institucionais (GPI) da Assembléia Legislativa.

2.2.3 Composição institucional

A “Composição da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – 1947-2002” é uma obra que cataloga para a história e traz para a memória da geração presente os nomes dos que participaram da vida parlamentar mineira na última metade do século XX. A par do levantamento dos nomes de todos os que, em algum momento do período referenciado, tiveram assento na Assembléia de Minas, a obra traz também as composições das Mesas e das Comissões Permanentes, bem como as Lideranças Partidárias.

Elaborada pela Gerência-Geral de Documentação e Informação da Assembléia após seis anos de criterioso trabalho de pesquisa em fontes primárias, trata-se de precioso instrumento de referência para pesquisadores envolvidos com a história de nossas elites políticas.

Para ampliar a divulgação desses dados, permitindo seu conhecimento por maior parcela da sociedade, encontra-se em andamento junto à Gerência-Geral de Sistemas de Informações (GSI) a transformação dessas informações em base de dados para ser acessada na internet.

2.3 Bancos de dados institucionais

O programa de criação de bases de dados foi desenvolvido com o propósito de dar tratamento informatizado aos dados e documentos que resultam da atividade institucional. Com o objetivo de preservar a história do Legislativo Mineiro, faz-se a alimentação retrospectiva dos documentos dos bancos de dados NJMG, Pronunciamentos e MATE-MG, existentes antes da informatização da Assembléia. Esses três bancos são mantidos pela Gerência-Geral de Documentação e Informação.

2.3.1 Normas Jurídicas de Minas Gerais - NJMG

Em 1982, criou-se o banco de dados NJMG (Normas Jurídicas de Minas Gerais), que registra informações referenciais e textuais sobre a legislação mineira, dita de hierarquia superior (Constituição, leis, decretos, Emendas à Constituição, leis complementares, leis delegadas, além de resoluções e deliberações da Assembléia), a partir de 1947. São mais de 69 mil documentos referenciais implantados, dos quais cerca de 27 mil com textos integrais das normas. Constitui-se em importante ferramenta para o trabalho legislativo, e está também disponível para outros órgãos públicos, entidades e sociedade em geral. Acessando a base de dados NJMG, pela internet, recupera-se a norma pelo seu tipo, número e data de publicação, etc., bem como pelos assuntos nela tratados. O sistema informa ainda as alterações sofridas pela norma, bem como sua revogação.

Atualmente, está sendo feita a atualização dos textos das normas jurídicas, como Constituição Estadual, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Emendas à Constituição, Leis Complementares, Leis Ordinárias e Leis Delegadas.

A despeito dessa atualização, o texto original da norma é preservado em um campo específico da base, visando à consulta com fins históricos, além da prova da existência de direitos, nos termos da legislação vigente.

O banco de dados NJMG apresenta, ainda, documentos referenciais e textos das Constituições do Estado dos anos de 1891, 1935, 1945, 1947, 1967, regimentos internos e leis de organização administrativa anteriores a 1947.

Existem *links* entre as bases NJMG e Matérias em Tramitação – MATE-MG, possibilitando acessos recíprocos entre as proposições que se transformaram em norma jurídica, e da norma jurídica para sua tramitação enquanto proposição.

2.3.2 Pronunciamentos

Em 1993, foi criada a base de dados Pronunciamentos, por meio da qual são processados os dados referenciais e textos dos discursos, questões de ordem, decisões da Presidência, e declarações de voto feitos durante reuniões e eventos realizados no Plenário da Assembléia Legislativa, a partir de 1988, por deputados estaduais, convidados (autoridades e conferencistas) e homenageados.

Tem como objetivo a divulgação da atuação parlamentar e de eventos institucionais, ampliando a possibilidade de pesquisa e recuperação de pronunciamentos e garantindo a preservação da informação histórica dos trabalhos legislativos. A pesquisa direcionada apresenta os principais campos do documento (tipo, período, autor, aparte e assunto), que podem ser pesquisados isoladamente ou em conjunto.

Atualmente constam na base em torno de 25 mil documentos referenciais, dos quais cerca de 9.500 com inteiro teor dos pronunciamentos.

2.3.3 Matérias em Tramitação – MATE-MG

O programa de criação de bases de dados institucionais englobou também o MATE-MG, implantado em 1987, que tem como objetivo acompanhar a tramitação das proposições que fazem parte do processo legislativo da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Esse acompanhamento é a partir da publicação da proposição no “Diário do Legislativo” até o seu arquivamento, por ter sido retirada pelo autor, por ter sido rejeitada ou por ter se convertido em norma jurídica.

Atualmente, estão inseridos na base de dados cerca de 57 mil documentos referenciais relativos a matérias em tramitação ou que foram apreciadas, das quais 32 mil incluem, ainda, os textos referentes a proposições, pareceres, emendas e substitutivos.

A recuperação das informações sobre as proposições apresentadas a partir de 1963 é feita por assunto, autor, origem, situação, tipo, número, data do projeto, etc.

2.3.4 Banco de fotos

Compõe-se de fotografias digitais de parlamentares e autoridades em cerimônias realizadas na Assembléia, e de manifestações populares na Casa, a partir de dezembro de 1999. Podem ser recuperadas por meio de informações, tais como: fotos do dia, fotos da semana ou por pessoa(s) fotografada(s), data (período), tipo de evento, local e assunto. Esse banco é mantido pela Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação (GID).

2.3.5 Banco de imagens

Esse banco encontra-se em processo de implantação. Quando em funcionamento, consistirá em um conjunto de dados referenciais do acervo em vídeo da Assembléia Legislativa e terá

como objetivo a possibilidade de maior agilização na recuperação de imagens armazenadas pelo Centro de Documentação (CEDOC) da Gerência-Geral de Rádio e Televisão (GTV).

2.4 Coleção Memória

O projeto de criação da Coleção Memória da Assembléia Legislativa surgiu a partir do trabalho de levantamento bibliográfico sobre a história do Legislativo Mineiro, quando sentiu-se a necessidade de formar, na Biblioteca do Poder Legislativo Estadual, uma coleção especial que retratasse sua memória, através de sua produção bibliográfica e documental.

É uma coleção de documentos e livros, obras de caráter técnico-científico, relatórios, textos políticos e outros, bem como publicações seriadas como os informativos diários, a Revista do Legislativo e os Cadernos da Escola do Legislativo, produzidos pela Assembléia ao longo de sua existência, bem como de documentos produzidos sobre ela por terceiros.

A Assembléia, como órgão gerador e acumulador de documentos, possui em seu acervo registro de suas ações cotidianas nas áreas técnica e legislativa, cujo manuseio se torna indispensável à dinâmica de suas atividades institucionais. A Coleção Memória possui, hoje, cerca de 2.000 registros em seu acervo. Esse trabalho se faz com a guarda e organização de documentos, tais como: livros, periódicos, folhetos, coletâneas, apostilas, artigos, *folders*, cartazes, convites, programas, etc., produzidos, elaborados e/ou editados pela Assembléia ou sobre ela. Para tanto, há a necessidade de resgate e organização contínuos dos registros das informações à medida que vão sendo editados novos documentos. Parte das obras que compõem a Coleção Memória, referentes ao período de 1947 a 1996, estão relacionadas no Catálogo de Publicações da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais (1947-1996), elaborado por servidores da Gerência-Geral de Documentação e Informação.

A produção editorial da Casa motivou também a criação da Livraria do Legislativo, na qual são vendidos a preço de custo as publicações institucionais, como: resumo de eventos institucionais (seminários legislativos, fóruns técnicos e ciclos de debates), cartilhas e manuais, trabalhos de pesquisa sobre a memória do Legislativo e do Estado, revistas, fitas de vídeo com palestras de pessoas de relevante saber nos campos jurídico e econômico.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante enfatizar que, embora ainda haja muito a ser feito para o resgate e preservação da memória na Assembléia de Minas Gerais, o trabalho já realizado reflete o comprometimento de toda a equipe técnica da Casa, responsável, direta ou indiretamente, pela captação e guarda de informações e documentos.

Ressalta-se, ainda, a integração dos serviços de documentação e informação na Assembléia Legislativa em um único setor, garantindo a uniformidade de ações e procedimentos, e um melhor aproveitamento de recursos e esforços.

Além disso, esse setor, que é a Gerência-Geral de Documentação e Informação, conta também com a conscientização e a contribuição de diversos setores da Casa, para que as ações relativas ao controle e à preservação da memória institucional tenham êxito.

Finalmente, não se pode esquecer que é responsabilidade dos serviços de documentação a manutenção de quaisquer registros produzidos e armazenados por instituições públicas, buscando sempre a preservação da memória da nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

DICIONÁRIO biográfico de Minas Gerais: período republicano, 1889-1991. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, 1994. 2 v.

FAVIER, Jean. Arquivos, memória da humanidade. **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 5-7, jan./abr. 1979. Extraído de: O Correio da Unesco, Rio de Janeiro, v. 6, n. 5, p. 10-15, maio 1978.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1991.

MARQUES JÚNIOR, Alaôr Messias. A gestão de documentos na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. **PBH**: Escola Aberta de Administração Municipal, Belo Horizonte v. 2, n. 3, p. 37-40, abr. 2000.

MARQUES JÚNIOR, Alaôr Messias; ROQUE, Edith de Andrade. **Memória política de Minas**: as iniciativas do Parlamento Mineiro. [Belo Horizonte], [Assembléia Legislativa], [199-].

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa. **Arquivo**. Disponível em:
<http://www.almg.gov.br/index.asp?diretorio=biblioteca&arquivo=biblioteca_arquivo>

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa. **Banco de conhecimento**. Disponível em:
<http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=escola_legislativo&diretorio=bancoconhecimento&arquivo=banco_conhecimento>

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa. **Catálogo das publicações da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais (1947-1996)**. Belo Horizonte, 1997. 222 p.

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa. Deliberação da Mesa nº 259, de 27 de outubro de 1982. Contém o regulamento do Sistema de Arquivo da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 30 out. 1982. Diário do Legislativo, p. 24, c. 1. Disponível em:
<http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=legislacao&diretorio=njmg&arquivo=legislacao_mineira>

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa. **Deliberação nº 2.350, de 7 de dezembro de 2004**. Estabelece os prazos de guarda, a destinação final e os procedimentos relativos à eliminação dos documentos no âmbito da Assembléia Legislativa. Disponível em:
<http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=legislacao&diretorio=njmg&arquivo=legislacao_mineira>

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa. **Fotos**. Disponível em:
<http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=comunicacao&diretorio=assessoria_imprensa&arquivo=assessoria_fotos>

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa **Legislação mineira**. Disponível em:
<http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=legislacao&diretorio=njmg&arquivo=legislacao_mineira>

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa. **Livraria do Legislativo**. Disponível em:
<<http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=servicos&diretorio=livraria&arquivo=livraria>>

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa. **Pronunciamentos**. Disponível em:
<http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=atividade_parlamentar&diretorio=pronunciamentos&arquivo=pronunciamentos>

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa. **Regimento interno da Assembléia**. 6.ed. Belo Horizonte, 2005.

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa. **Tramitação de projetos**. Disponível em:
<http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=atividade_parlamentar&diretorio=mate&arquivo=projetos>

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa. Gerência-Geral de Documentação e Informação. **Composição da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais (1947-2002)**. Belo Horizonte: 2002. 552 p.

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa. Gerência-Geral de Documentação e Informação. Gerência de Referência Legislativa. **Manual do banco de fotografias: BANFOTO**. Belo Horizonte, 1998.

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa. Gerência-Geral de Documentação e Informação. Gerência de Referência Legislativa. **Manual do banco de imagens**. Belo Horizonte, 1997.

MINAS GERAIS. Constituição (1989). **Constituição do Estado de Minas Gerais**. 12.ed. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2005.

Em: 14/06/2006